



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de
Constituição e Justiça
para os devidos fins.

Em 20/08/03
Elisabete

Conceição de Maria Lygia Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Maurício
Vapily
para relatar.

Em 20/08/03

Henrique
Presidente Comissão de Constituição
e Justiça



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.
PROJETO DE LEI Nº 72 – PROCESSO AL 2511/03
AUTOR: DEP. ANTONIO UCHOA.

I - RELATÓRIO

Encaminhando a esta relatoria nos termos do Art. 47, Inciso VI, do Regimento Interno para emitir o parecer conforme dispõe os arts. 59 a 63, 139 e seguintes do mesmo diploma legal já elencado, a proporção em epígrafe que reconhece de utilidade pública a Associação dos Merceeiros e Proprietários de Mercadinhos de Teresina.

O Projeto de Lei está instruído com a documentação necessária para uma entidade ser reconhecida de utilidade pública, como: estatuto, CNPJ, ata de instalação e registro do estatuto no livro de pessoas jurídicas.

II – VOTO DO RELATOR

Visto e analisado o relatório por a proposição está fundamentada nos aspectos constitucional legal e de boa técnica legislativa somos de parecer favorável à sua aprovação.

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 06 de Novembro de 2003.

Dep. MAURO TAPETY.
 Relator

APROVADO A UNANIMIDADE	
em, <u>18</u> / <u>11</u> / <u>03</u>	
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça	



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.
PROJETO DE LEI Nº 72 – PROCESSO AL 2511
AUTOR: Dep. Antonio Uchóa.

Devolva-se a proposição ao autor para que seja instituída com a documentação necessária, uma entidade para ser reconhecida como de utilidade pública, o projeto deve está composto de: Ata de instalação, estatuto, CNPJ, estrato do estatuto publicado no D.O.E. e certidão de registro no livro de pessoas jurídicas.

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 28 de Agosto de 2003.


Dep. MAURO TAPETY
Relator